



UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA
PEDAGOGIA

SARA SOUSA SANTANA

O LÚDICO NA PRÉ-ESCOLA

LUZIÂNIA – GO

2021

SARA SOUSA SANTANA

O LÚDICO NA PRÉ-ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Luziânia, sob a orientação da Mestra Luciana Caprice Silva Santos da Rocha.

LUZIÂNIA – GO

2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela dádiva da vida, por ter me ajudado nos momentos difíceis, se estou aqui terminando essa graduação foi a infinita misericórdia Dele. Até aqui o Senhor me ajudou...

Aos meus familiares, por terem me incentivado a chegar até aqui, especialmente meus pais Gilson Dias e Darci Fernandes, minhas duas irmãs Daiane e Débora e meu namorado Robson sem vocês minha vida não teria graça, amo muito vocês do fundo do meu coração!

Agradeço essa instituição de ensino pela oportunidade, todo corpo docente e em especial os meus professores, que acima de tudo são meus mestres, que se dispuseram a proporcionar um aprendizado de excelência para minha vida acadêmica e profissional.

A minha orientadora Professora Doutoranda Luciana Caprice Silva Santos da Rocha, por ter me escolhido e acreditar na minha pessoa e sempre está disposta a me auxiliar na tomada de decisão e contribuindo durante este processo.

“Brincar com crianças não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.”

Carlos Drummond (s.d)

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
DNCr – Departamento Nacional da Criança
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EC – Emenda Constitucional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU – Organização das Nações Unidas
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
UEG – Universidade Estadual de Goiás

O LÚDICO NA PRÉ-ESCOLA

Sara Sousa Santana¹

Universidade Estadual de Goiás²

RESUMO: Por meio de uma abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, o presente artigo aborda a temática do lúdico na pré-escola e traz a seguinte questão: o lúdico é importante na pré-escola? Assim, o objetivo desse estudo é compreender a importância do lúdico na pré-escola. E, os objetivos específicos são: identificar a importância dos jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem, verificar as contribuições do lúdico para a criança da pré-escola e discorrer acerca da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a educação infantil. À luz da: BNCC (2017); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (2017); das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (2010) e de Bacelar (2009); Ferreira (2000) e outros autores este texto promove uma reflexão e análise da temática proposta e aponta que o lúdico na pré-escola pode contribuir para a aprendizagem de crianças da Educação Infantil.

Palavras-chave: Lúdico. Pré-escola. Educação Infantil. Criança.

ABSTRACT: Through a qualitative and bibliographic approach, this article addresses the theme of playfulness in pre-school and raises the following question: is playful important in pre-school? Thus, the objective of this study is to understand the importance of playfulness in preschool. And, the specific objectives are: to identify the importance of games and play in the teaching and learning process, to verify the contributions of playfulness to the preschool child and to discuss the Common National Curriculum-BNCC and early childhood education. In the light of: BNCC (2017); the National Education Guidelines and Bases Law - LDBEN (2017); the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education - DCNEI (2010) and Bacelar (2009); Ferreira (2000) and other authors this text promotes a reflection and analysis of the proposed theme and points out that playfulness in preschool can contribute to the learning of children in Early Childhood Education.

Keywords: Ludic. Pre school. Child education. Kids.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) | Email: sousasantanasara@gmail.com

² Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Luziânia, Luziânia – GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda *o lúdico na pré-escola*, promovendo uma reflexão acerca da temática na pré-escola. O lúdico está presente em vários contextos educacionais, sendo muito utilizado como forma de se ensinar na escola, especialmente na educação de crianças pequenas.

Diante disso, esse artigo traz a seguinte questão: o lúdico é importante na pré-escola? Assim, o objetivo desse estudo é compreender a importância do lúdico na pré-escola. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de cunho bibliográfico, este trabalho busca ainda identificar a importância dos jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem, verificar as contribuições do lúdico para a criança da pré-escola e discorrer acerca da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a educação infantil.

Sua justificativa se dá pela necessidade de pesquisar o tema, visto que essa temática auxilia os profissionais nas práticas pedagógicas e no processo ensino aprendizagem, haja vista que a ludicidade promove grandes contribuições tanto no ensino quanto na saúde física e emocional dos alunos e dos profissionais de educação. Desse modo, ao investigar o tema estamos contribuindo para a reflexão no uso do lúdico como recurso pedagógico, com vistas a formação integral do indivíduo.

O referencial Teórico utilizado nesta pesquisa foi: BNCC (2017); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (2017); as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (2010). A fim de conceituar o tema proposto e analisar o seu uso no ambiente escolar, serão utilizados também: Bacelar (2009); Ferreira (2000) e outros autores.

Diante disso, inicialmente apresentaremos a caracterização da Educação Infantil, abordando os aspectos históricos e legais, destacando algumas questões importantes dessa etapa. Depois o lúdico será destacado, assim, apontaremos os conceitos, benefícios e atividades lúdicas, especificamente com crianças em idade pré-escolar.

1. ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 Educação Infantil: Aspectos Históricos

A educação infantil tem um marco muito importante em sua trajetória trazendo embates e confrontamentos no decorrer da história, haja vista que foi complexo para chegar

onde estamos hoje e passamos por muitas reviravoltas. Para compreender a educação infantil é necessário voltarmos no tempo para entendermos acerca da temática.

A educação infantil passou por várias modificações no Brasil e no mundo, em um período que as crianças não eram valorizadas pela sociedade. No período feudal elas eram retratadas como pequenos adultos, segundo as autoras Craidy & Kaercher (2007) no século XVII a sociedade repudiavam e desconheciam a infância. A educação das crianças daquela época eram de responsabilidade familiar ou de um grupo social no qual elas pertenciam, esse grupo ensinava tudo que elas precisavam saber, por um bom tempo da história não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar a responsabilidade de cuidar das crianças.

É notável que naquela época as crianças precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família, os pequenos eram considerados como adultos. A sociedade não dava a devida importância para a infância e muitos deles não tinham tempo para brincar, somente trabalhar. Não se ouvia falar em educação além disso, a educação ficava por conta da família a sociedade não entrava nesse contexto familiar. Nesse sentido, a sociedade não respeitava as crianças, que mal recebia os cuidados básicos. Ao longo das décadas anteriores a educação era de responsabilidade familiar e eles tinham o dever de ensinar a como se comportar, a ler e a escrever, isso era algo que não era perceptível e admirado pela sociedade daquela época (CRAIDY & KAERCHER, 2007).

No século XVIII ocorreu a Revolução Industrial na Europa, precisaram então da mão-de-obra feminina, provocando assim uma exorbitante alteração no modo de como cuidar e educar as crianças. Nessa época todos trabalhavam homens, mulheres, jovens e crianças maiores nas fábricas têxteis, não tinham leis trabalhistas e a carga horária eram extensas, vale ressaltar que as crianças pequenas ficavam em casa sem uma pessoa responsável. Por consequência disso haviam mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e muitos acidentes domésticos, por essa razão o problema começou a ser visto pela sociedade, conforme ressalta Didonet (1981).

Com a chegada da revolução industrial muitos viram a cidade ser modificada completamente por fábricas e equipamentos, dessa forma precisando urgentemente da mão de obra feminina, as famílias não se preocupavam em cuidar de seus filhos deixando eles de lado, por causa disso muitas crianças ficavam em casa sozinha sem uma pessoa que cuidassem deles, desse modo, ocasionou-se um número grande de mortalidade infantil por causa dos acidentes domésticos, visto que as mães trabalhavam bastante nas fábricas com carga horária extensa, elas não tinham tempo para cuidar da casa e de seus filhos,

desenvolvendo então várias doenças e mortalidade, e por causa disso a sociedade se despertou e voltou o olhar para os pequenos (DIDONET, 1981).

Segundo Jesus (2011) durante o decorrer nas décadas ocorrem várias modificações na educação no século XIX por volta dos anos de 1875 e 1877 foram criados os primeiros jardins de infância particulares no Rio de Janeiro e em São Paulo. Pouco tempo depois, os jardins de infância tornaram-se “públicos” tendo como principal base a pedagogia froebeliana, porém eles atendiam crianças da elite, ou seja, atendia somente as família com melhores condições financeiras. Com a grande procura foram necessários criar outros órgãos para atender as crianças, um deles era o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Vale salientar que por muitos anos os jardins de infância e as creches foram denominados instituições assistencialistas e de educação compensatória, além disso, esse tipo de ensino era somente para as classes de maior renda familiar.

Sendo assim, o público alvo dos primeiros jardins de infância no Brasil foi sempre a classe alta, promovendo a desigualdade social, além disso no ensino existia uma grande diferença, a classe baixa teria uma instituição assistencialista, já a classe alta ficava por conta da educação compensatória.

Kuhlmann Junior (2000) relatou que a primeira creche fundada no Brasil foi no Rio de Janeiro com a intermediação das fábricas de tecidos, no ano 1899, depois que as creches iniciaram suas atividades, o governo do Rio de Janeiro criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que se tornou responsável pela fundação de outras creches em alguns estados brasileiros, sempre com o caráter de assistência.

Dessa forma, as creches vieram com caráter assistencialista, ou seja, com o ato ou efeito de dar assistência e ajudar. Isso foi importantíssimo naquela época para um apoio as creches, visto que muitas mães deixavam seus filhos para trabalhar nas grandes fábricas têxteis, essas instituições tinham o dever de zelar e cuidar pela integridade física das crianças (KUHLMANN JUNIOR, 2000).

Diante desses fatores históricos, sociais e econômicos foram determinadas as características principais do modelo tradicional da creche. Nesse meio tempo a classe alta pagavam babás para cuidarem de seus filhos, enquanto muitas mães de baixa renda deixavam seus filhos sozinhos ou em instituição do governo, que às vezes, dependendo da situação eram gratuitas ou se cobrava um pequeno valor. Essas instituições tinham o dever de zelar pela saúde do indivíduo, alimentá-las e ensinar os hábitos básicos de higiene pessoal. A educação

era um assunto familiar, e por esse motivo ocasionou que a associação de creche se caracterizou como assistencialista (DIDONET,1981).

Sendo assim essas instituições eram chamadas de instituições assistencialistas e de educação compensatória. Haja vista que essa educação significava a desigualdade entre as classes sociais, havia grande diferença nas condições das famílias. A educação assistencialista promovia uma pedagogia de submissão, ou seja, pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social (DIDONET, 1981).

No período da república, criaram-se as primeiras instituições, sendo 15 (quinze) creches em 1921, e 47 (quarenta e sete) no ano de 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país. Muitas instituições mantenedoras de creches conviveram com profissionais da área educacional e desde essa época incorporaram o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em jardins de infância ou escolas maternais. Já no ano de 1922 aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Em 1925, é criado o primeiro cargo de inspetor para escolas maternais e creches. O Departamento Nacional da Criança (DNCr) criado em 1940, que era dirigido por Olinto de Oliveira, médico que havia participado do congresso de 1922 (KUHLMANN JUNIOR, 2000).

Segundo Kuhlmann Junior (2000) a educação foi se desenvolvendo com o passar dos anos, enquanto que em 1921 eram somente 15 (quinze) creches, entre 1922 e 1924 vemos um salto significativo de mais 32(trinta e dois), totalizando 47 (quarenta e sete), foram longos três anos para fazer que esse número acontecesse. Um dos fatos mais marcantes foi o primeiro congresso Brasileiro de Proteção a Infância, que teve a participação do futuro diretor do Departamento Nacional da Criança – DNCr, o Dr. Olinto de Oliveira.

Em 1933 ocorreu a Conferência Nacional de Proteção à Infância, Anísio Teixeira relatou a importância que as crianças da pré-escola tem e é preciso ser vista não apenas sob o ângulo da saúde física, mas em todos os aspectos relatando também a socialização e a importância dos brinquedos. Na década de 1940 foi criado os jardins de infância, por inspiração de Froebel que era localizado em praças públicas, para o atendimento de crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, em meio turno. No ano de 1942, o DNCr projeta uma ideia de instituição reunida, ou seja, reuniu todos os estabelecimentos em um só, que recebeu o nome de “A Casa da Criança”(KUHLMANN JUNIOR, 2000).

Essa conferência foi de suma importância, nela Anísio Teixeira relatou uma questão imprescindível na educação infantil, a relevância dos brinquedos no auxílio do crescimento,

desenvolvimento e na formação das crianças, desenvolvendo assim as facetas pedagógicas com intuito de ajudar os indivíduos (DIDONET, 1981).

De acordo com Kuhlmann Junior (2000) na época do regime militar as propostas eram baratas, eles não queriam investir e nem atender as crianças de baixa renda, deixando de lado os critérios de qualidade. No ano 1979 ocorreram muitas reivindicações na luta da educação por uma sociedade com direito iguais com ideias socialista e feminista, redirecionado para o atendimento da pobreza para que o governo pensasse na educação pública como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. No início do século XX o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Patronato de Menores, oferecia cursos para as mães pobres com intuito de promover a organização familiar.

Diantes dos fatos mencionados percebemos o quanto que aquele governo não dava a devida assistência a população de baixa renda, não investindo em educação nem em insumos de qualidade. Desde de então, ocorreram reivindicações baseadas nos ideais socialistas e feministas, buscando a atenção do governo em atender de maneira digna a parcela pobre da população e garantir que mães pudessem atuar no mercado de trabalho. Segundo Kuhlmann Jr. (2000) um dos marcos importantíssimos foi a consolidação nas definições da constituição de 1988 e a lei e diretrizes e bases da educação nacional em 1996. A partir dessa época a legislação nacional reconhece que as creches e pré-escola de crianças de 0 (zero) à 6 (seis) anos de idade faz parte do sistema educacional, que é a primeira etapa da educação básica.

A partir daquele ano começaram as transformações, voltando o olhar para a educação infantil, dessa forma iniciou as políticas públicas nesse setor dando embasamento legal, haja vista que a Constituição de 1988 foi um marco importantíssimo pois, reconheceu-se o direito das crianças menores de idade, com o direito à creche e a pré-escola, levando a ser um ensino público. Sendo assim as creches e pré-escola são incluídas na política educacional e partindo desse pressuposto não será mais uma concepção assistencialista e sim pedagógica (KUHLMANN JUNIOR, 2000).

Um dos marcos na história da educação foram as políticas públicas no Brasil, vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 serviram de embasamento legal para a educação infantil que conhecemos hoje e serviram de norteamto para outros subsídios legais que vieram posteriormente, como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (2010), além de contribuírem significativamente para a atuação na Educação Infantil. Esses e outros aspectos legais veremos adiante.

1.2 Educação Infantil: Aspectos Legais

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988, essas normas constitucionais tem como principal objetivo ser referencial no que diz respeito a saúde, educação, política e diversos outros assuntos nela tratados. A partir do artigo 205 ao 214 podemos notar a importância que se dá a educação, pois se observa as diversas diretrizes abordadas, a carta magna relata em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos, é dever do Estado e da família e será reconhecida e incentivada com o apoio da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2011).

A educação passou por diversas questões normativas, visto que a Constituição Federal de 1988 foi uma forte aliada para os avanços legais da educação brasileira, pois apontou avanços que não estavam claros em outras constituições do Brasil. Nesse sentido, ela traz consigo dez artigos (do artigo 205 até o artigo 214) voltados para à educação brasileira e que serviram de norteadores para outras leis voltadas à educação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foi publicado no dia 13 de julho de 1990 esse documento tem como principal objetivo ser referencial no que diz respeito a proteger as crianças e aos adolescentes. É resultado de um processo de mobilização social e política, envolvendo representantes do Legislativo, do mundo jurídico e do movimento social, este ordenamento legal adota a chamada Doutrina da Proteção Integral, concepção que é a base da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que obteve a aprovação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU em 20 de novembro de 1989 (ECA, 2017).

O ECA foi constituído pela lei nº. 8.069 como um documento importantíssimo que abarcaram as outras leis, pois trata de um conjunto de normas de ordenamento jurídico objetivando a proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil, esse estatuto envolve vários representantes tanto do legislativo, quanto jurídico e social adotando uma proteção integral para melhor assegurar os pequenos e a juventude.

Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2017) é composto por um conjunto de normas e regulamentos que aponta disposições preliminares, os direitos e as prevenções. Depois, relata sobre os órgãos e processos administrativos e destaca a política de atendimento, as medidas de proteção, a prática do ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, a respeito do conselho tutelar, do acesso à justiça, dos crimes e das

infrações administrativas, orientando assim aspectos que vão além da educação, pois diz respeito a proteção das crianças e dos adolescentes.

Em dezembro de 1996 foi ortogada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional essa lei foi um marco histórico na Educação infantil, visto que foi a primeira vez que a Educação Infantil apareceu composta na Educação Básica, sendo o grande marco legal para a atuação nessa etapa (LDB 2018).

Nesse sentido, a Educação Infantil apareceu na LDBEN nº.9.394/96 como primeira etapa da Educação Básica e destacada como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 (seis) anos de idade. Com a Lei nº. 11.274 de 2006, tivemos a ampliação do ensino fundamental e crianças de 6 (seis) anos de idade passaram a integrar o ensino fundamental que passou a ter 9 (nove) anos. Assim, a educação infantil passou a ser realizada com crianças de zero a três anos de idade na creche e de quatro até cinco anos de idade na pré-escola(LDB 2018).

Diante disso, na emenda constitucional nº53 de 20 de dezembro de 2006 ficou disposto que a educação infantil aconteceria em creches e pré-escolas para crianças de 0 (zero) até 5 (cinco) anos de idade. E, a emenda constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009 determinou a obrigatoriedade da educação básica, gratuita apartir dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (LDB 2018).

Vale ressaltar que a LDBEN aponta também como a educação infantil deverá ser organizada e destaca que a avaliação será mediante ao acompanhamento e registros do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Além disso, norteia as instuições de ensino que atuam nesse segmento como se dá a carga horária mínima que é de oitocentas horas, distribuídas por no mínimo duzentos dias de trabalho educacional (LDB 2018).

Em relação ao atendimento das crianças nos estabelecimentos de ensino, essa lei aponta ainda que esse atendimento à criança é de no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral. Em relação a frequência há a exigência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas (LDB 2018).

Em relação ao currículo da Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI (1998) trazia orientações didáticas e pedagógicas que contribuíram para discussões acerca do que se ensinar para crianças e como se ensinar nessa etapa, destacando ainda pesquisas realizadas naquela ocasião. No entanto, esse rico

referencial destacava orientações pedagógicas para o atendimento de crianças de até seis anos de idade. Com crianças de seis anos sendo atendidas no primeiro ano do ensino fundamental, a partir de 2006, o professor precisaria considerar o atendimento de crianças até cinco anos de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (2010) ampliaram as discussões acerca da infância, da criança, da faixa-etária, do currículo e do atendimento na educação infantil. Desse modo, esse documento serviu de balizador para práticas escolares dessa etapa, orientando também como ocorreriam as matrículas, estipulando uma data para corte etário de crianças que ficariam na Educação Infantil ou iriam para o Ensino Fundamental.

Essas diretrizes também estabeleceram três princípios fundamentais que deveriam ser considerados: os éticos, os políticos e os estéticos. Diante disso, os princípios éticos são da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. O segundo princípio é o político que relatam dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e o terceiro princípio é o estético que apresenta a valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010).

Posteriormente, em 2018, muitas discussões culminaram na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que define um conjunto de aprendizagens primordiais, para que todos os discentes desenvolvam aprendizagens significativas em todas as etapas da educação básica. Por isso, questões inerentes ao referido documento serão apresentadas no tópico a seguir.

1.3 A BNCC e a Educação Infantil

Como já foi relatado anteriormente existiu uma linha histórica até chegar na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que foram importantes para a criação desse documento e que não foram extintos, mas que se entrelaçam com a BNCC para a Educação Infantil, fornecendo juntos subsídios necessários à prática docente.

A BNCC destaca direitos de aprendizagem e ao falar especificamente da Educação Infantil, aponta na educação infantil seis direitos de aprendizagens são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e o conhecer-se (BRASIL, 2017).

Então o primeiro direito ensina a criança a conviver com outras crianças e respeitando as diferenças entre elas; o segundo ressalta a importância do brincar todos os dias de diversas formas em diferentes espaços desenvolvendo o acesso a produções culturais, entre outras questões; o terceiro ensina o aluno a participar ativamente das atividades ampliando assim o conhecimento de mundo e ensinando eles a ter um posicionamento na tomada de decisões (BRASIL, 2017).

O conviver é essencial na interação entre os outros colegas ali presentes para que elas saibam interagir, conviver e ao mesmo tempo respeitar as diferenças; o brincar traz situações em que na brincadeira existe algo profundo que auxiliam na aprendizagem e no desenvolvimento da criança; o participar é algo que está ligado nas atividades, como quando o aluno participa de forma ativa, o conhecimento e a aprendizagem é aguçada nos mesmos.

O quarto explora todos os tipos de gestos, movimentos, formas, emoções dentre tantos outros, dessa forma ampliando os saberes da criança sobre a cultura que as cerca nas diversas modalidades de assuntos; o quinto expressar com dialógico, evidenciando suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, relatando suas opiniões, questionamentos e por meio de diferentes linguagens; o sexto e último direito de aprendizagem é o conhecer-se de fato, construindo a sua identidade pessoal, social e cultural, estabelecer uma imagem positiva de si e de seus grupos pertencentes, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas em todas as esferas sociais (BRASIL, 2017).

A base em sua organização curricular descreve cinco campos de experiências e neles estão descrito e definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, esses campos dispõe de situações e experiências perceptível no dia a dia dos alunos, entrelaçando tanto o saber quanto o conhecimento de mundo. Haja vista que esses campos de experiências se interliga com as DCNEI, pois o embasamento legal se dá pela relação aos conhecimentos fundamentais para ser desenvolvido e associando nas experiências dos pequenos (BRASIL, 2017).

Conforme a citação acima esse documento traz consigo cinco campos de experiências para auxiliar as práticas pedagógicas na educação infantil, indicam as experiências indispensáveis no cotidiano das crianças promovendo assim a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, vale lembrar que os campos entrelaçam com as DCNEI eles evidenciam as habilidades, os valores e as noções que os alunos precisam manifestar ao longo

das experiências do ambiente escolar, desse modo evidenciando os objetivos da aprendizagem para serem alcançados.

Nesse sentido, a BNCC (2017) organiza cinco campos de experiências são eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e cinco espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Assim, o primeiro campo de experiência mostra de fato como a criança precisa conhecer o mundo em sua volta, desenvolvendo assim a percepção da criança e de como ela deve agir com outras pessoas, dessa forma conhecendo o eu, o outro e o nós, por isso a importância de deixar elas participarem ativamente do meio social.

Já o segundo campo de experiência relata sobre o corpo, gestos e movimentos. As crianças exploram esse mundo, evidenciando o quanto a criança precisa movimentar o corpo, interagindo e comunicando com outras crianças através da música, dança, e brincadeiras, entre outras atividades, que venham a proporcionar o reconhecimento (BNCC, 2017).

Diante disso, a BNCC (2017) aborda a criança como centralidade no meio educacional, por esse motivo, as escolas precisam proporcionar meios que despertem a animação dos alunos. Um desses aspectos, é o lúdico. A ludicidade no ambiente escolar promove para as crianças muitas experiências, vivências e movimentos como olhares, sons e tantos outros.

Diante disso, percebemos o quanto esse campo de experiência é super importante nas práticas pedagógicas, levando a criança a se conhecer melhor através dos movimentos e as vivências desenvolvidas ao longo das atividades. Nesse quesito o lúdico traz uma aprendizagem mais significativa para os alunos.

O terceiro campo possibilita ao aluno várias experiências ocorridas no dia a dia deles, desenvolvidas com diversificadas linguagens. Desse modo, eles poderão criar atividades culturais e artísticas, exercitando assim, tanto o coletivo quanto o individual, nesse contexto que entram as instituições de ensino. São elas que providenciam para as crianças momentos únicos, e com isso, os alunos participam e expressam suas vivências culturais e artísticas.

O quarto campo de experiência ressalta que a comunicação é algo que está presente no desenvolvimento das crianças, em diversas formas de interação, com isso, elas vão acrescentando em seu vocabulário. Para que haja essa comunicação, as escolas de educação infantil precisam potencializar e ampliar as diversas linguagens, assim auxiliando na escuta, na fala, no pensamento e imaginação dos alunos (BNCC, 2017).

E, o quinto campo de experiência se relaciona com os espaços, tempo, quantidade, relação e transformações. As crianças estão encaixadas nesse meio sociocultural, dentre outras questões já abordadas. Nesse quesito, é necessário que as instituições escolares de Educação Infantil desenvolvam experiências onde os alunos poderão aguçar o seu conhecimento de mundo por meio das observações, investigações e hipóteses, dessa forma as escolas criarão chances no dia a dia que aponta os conhecimentos a sua volta.

Dessa forma, as escolas precisam desenvolver propostas que auxiliem e aguçam conhecimentos que despertem a curiosidade dos alunos, levando os mesmos a aprofundar seus conhecimentos e experiências vivenciadas no cotidiano escolar.

Nesse sentido, a BNCC (2017) caracteriza necessidades das idades especificadas, apontando a necessidade de atenção e cuidado com os bebês e as crianças bem pequenas, além do atendimento ao currículo escolar em consonância com a faixa etária atendida. Assim, as idades são diferenciadas nesses três grupos. É essencial que as escolas dêem a devida importância para cada uma delas, pois a interação das crianças de acordo com a faixa etária são muito diferentes com o público, outra questão é que o currículo não é a base, ou seja, ele não trabalha sozinho.

Outro aspecto importante abordado no referido documento aparece como “conceitos de aprendizagens” que são: cuidar e educar; formação do vínculo; incentivo a autonomia; mesma idade, ritmos diferentes; escuta ativa; exploração livre dos espaços planejados e a organização do tempo (BNCC, 2017).

Por tudo isso, a Base Nacional Comum Curricular traz questões como habilidades, direitos de aprendizagens, campos de experiências, as faixas etárias, questões sobre o currículo e tantas outras mudanças. Vale lembrar que esse documento não substitui as diretrizes curriculares e contribui para uma escola mais igualitária, uma vez que traz mudanças significativas para a educação básica e para o ensino fundamental.

1.4 O lúdico na pré-escola

Rizzi e Hayadt (1998) afirmam que a ludicidade está presente desde o início da civilização, muitos homens daquela época promoviam o lúdico e nem sabiam, pois, praticavam jogos e brincadeiras. Além disso, a criança que desde o nascimento pode ser observada se movimentando e aos poucos vai brincando e conhecendo o mundo a sua volta.

Diante desse cenário, percebemos que o lúdico é um tema relevante que está presente principalmente nos anos iniciais. Segundo Bacelar (2009): a ludicidade é de extrema

importância para o desenvolvimento da criança, por esse motivo, a questão da brincadeira vem sendo discutida por diversos teóricos. Mais afinal, o que é o lúdico? Segundo o dicionário Aurélio o lúdico está “relativo a jogos, brinquedos e divertimentos” (FERREIRA, 2000, p.433).

Haja vista que este significado do lúdico esta interligado com o prazer do indivíduo, sendo assim, a ludicidade está associada a tudo aquilo que a criança gosta de fazer como brincadeiras e jogos de modo a desenvolver o processo ensino aprendizagem fazendo com que o aluno solte a imaginação, desenvolva a coordenação motora e cognitiva, ou seja, a ludicidade traz grandes benefícios para esse processo.

Bacelar (2009) afirma que essa temática é primordial para a aprendizagem dos alunos onde se aprende brincando é importante ressaltar que o lúdico é uma importante ferramenta e fonte para promoção do desenvolvimento, só o ato de brincar já desenvolve muitas atribuições na criança, desse modo promovendo a percepção, o relacionamento interpessoal, compreendendo o universo lúdico e conhecendo o mundo a sua volta.

Maluf (2009, p.20) continua a confirmar que: “É importante a criança brincar, pois ela irá se desenvolver permeada por relações cotidianas, e assim vai construindo sua identidade, a imagem de si e do mundo que a cerca”. Compreende-se o quando o lúdico é relevante para o processo ensino aprendizagem principalmente nos anos iniciais pois é onde a criança começa a desenvolver suas habilidades. É por meio das atividades recreativas e lúdicas que a criança aprende a descobrir tudo o que acerca, vale salientar que os bebês já nascem com a intenção de brincar além do mais os pais acabam estimulando as crianças a ter a autodescoberta, os jogos educativos são essenciais no desenvolvimento dos pequenos pois, ajuda a trabalhar os aspectos sensoriais e motores.

O desenvolvimento das crianças abarca as várias áreas do lúdico, sendo assim a ludicidade é uma ferramenta muito importante e esta presente na formação integral dos pequenos. Bacelar (2009) relata que o profissional precisa além de propor, levar atividades lúdicas para as crianças e por esse motivo é primordial as vivências desses momentos lúdicos para que a criança desenvolva de forma eficaz. A autora descreve também que muitos educadores e educadoras não dão a devida preocupação em dá mais atenção as faixas etárias de crianças que não desenvolve ainda a fala é um dos grandes desafios ter o conhecimento técnico especializado é aonde mora o grande perigo para o desenvolvimento desse processo.

Outro aspecto importantissimo é o brincar na educação infantil, principalmente nesse cenário de pandemia que estamos vivenciando, haja vista que os jogos e as brincadeiras são

temas essenciais nos anos iniciais pois é aonde a criança está em desenvolvimento é nesse processo de ensino aprendizagem que a criança aprende brincando segundo Maluf (2009, p.17) relata que: “o verbo brincar ele nos acompanha diariamente. Brincar sempre foi e sempre será uma atividade espontânea e muito prazerosa, acessível a todo o ser humano, de qualquer faixa etária, classe social ou condição econômica”. Ou seja, o brincar se torna uma atividade espontânea que dá muito prazer para criança além disso, está presente em todos os lugares e classes sociais todos tem o direito de brincar. Vale ressaltar que diante da pandemia e aulas remotas o uso do lúdico é essencial nesse processo pois, é por meio dos jogos e brincadeiras que os alunos desenvolvem várias habilidades.

Lopes (2001, p. 35) enfatiza que: “o jogo para a criança é o exercício, é a preparação para a vida adulta. A criança aprende brincando, é o exercício que a faz desenvolver suas potencialidades”. O jogo e brincar estão interligados pois a diferença entre eles no jogo o aluno ganha ou perde já nas brincadeiras todos se divertem vale ressaltar essa temática podem ser excelentes na sala de aula pois traz muitos benefícios para as crianças. Haja vista que muitos alunos têm muita defasagem no ensino acarretando o desânimo falta de atenção de concentração. Lopes (2001) vai relatar sobre isso que muitas crianças têm essa defasagem de coordenação motora fina e por meio dos jogos os alunos têm a oportunidade de exercer a coordenação motora desenvolvendo assim habilidades auxiliando a alfabetização por isso a grande relevância deste tema dentro de sala de aula.

Outra autora de grande ênfase se chama Bia Bedran, ela participou de uma entrevista pelo site tempojunto a entrevistadora faz a seguinte pergunta para a autora: “como você vê a importância da brincadeira para o desenvolvimento da criança?”. Bia Bedran respondeu da seguinte forma “na brincadeira, a criança encontra a outra criança e interage com as questões que surgem, como, por exemplo, o que é de um o que é do outro. Enfim, dialoga mesmo sem tanta racionalização. Ela é levada puramente pela intuição. E descobre mil caminhos.” Diante disso, percebemos o quanto a brincadeira ajuda a criança a interagir e se desenvolver (CAMARGO 2015).

2. METODOLOGIA

Nesse item estão explicitadas as opções e caminhos que orientarão a pesquisa. Assim, levando em conta a necessidade compreender a importância do lúdico na pré-escola, buscaremos, por meio de uma pesquisa qualitativa, elaborar uma compreensão acerca da temática em estudo.

De acordo com Lüdke e André (2012, p.11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Por isso, a pesquisa qualitativa se apresentou como essa possibilidade investigativa, devido a sua dimensão e o seu caráter descritivo. Considerando a questão central da pesquisa, esta investigação será operacionalizada por meio da pesquisa bibliográfica.

Gil (2018) ressalta que a pesquisa bibliográfica é elaborada com material já disponibilizado agregando assim os materiais impresso referente a livros, revistas, jornais, teses, dissertações entre outras questões. Diante dessa questão o autor deixou bem explícito que a principal vantagem dessa pesquisa é trazer informações e conhecimentos para nível teórico, assim permitindo o investigador a ter em mãos uma gama de pesquisas onde o mesmo tem varias vantagens.

2.1 Os Dados pesquisados e analisados

As autoras Craidy & Kaercher (2007) ressaltam que no século XVII a sociedade não gostavam e desconhecia a infância, ou seja, a educação infantil passou por várias modificações no Brasil e no mundo, em um período que as crianças não eram valorizadas pela sociedade. No período feudal elas eram retratadas como pequenos adultos.

Diante disso, a sociedade não davam a devida importância para os pequenos e de fato desconhecia as crianças nessa época elas eram desprezadas pelos mais velhos. Na época do feudalismo, infelizmente as crianças passou a ser comparada como adulto em miniatura, as mesma trabalhavam e colocavam comida dentro de casa como se fosse de fato um adulto.

Didonet (1981) vai dizer que no século XVIII ocorreu a Revolução Industrial na Europa, precisaram então da mão-de-obra feminina, provocando assim uma exorbitante alteração no modo de como cuidar e educar as crianças. Nessa época todos trabalhavam homens, mulheres, jovens e crianças maiores nas fábricas têxteis, não tinham leis trabalhistas e a carga horária eram extensas, vale ressaltar que as crianças pequenas ficavam em casa sem uma pessoa responsável.

No primeiro momento o artigo evidencia como foi surgindo a Educação infantil no século XVII e XVIII ocorreram muitas transformações ao longo dos séculos mostrando de fato os aspectos históricos. Sendo assim, esse período da revolução industrial trouxe consigo uma modificação e as cidades começaram a se desenvolver e as grandes fabricas tomou de conta, dessa forma precisando urgentemente da mão de obra feminina, infelizmente as

famílias não se preocupavam em cuidar de seus filhos deixando eles de lado, por conta disso as crianças ficavam sozinhas em casa, provocando assim um grande número de mortalidade infantil e por esse motivo a sociedade se despertou e voltou o olhar para os pequenos.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000) os grandes desafios que a educação infantil passou para ser valorizada até os dias de hoje e um dos marcos importantíssimo foi a consolidação nas definições da constituição de 1988 e a lei e diretrizes e bases da educação nacional em 1996. A partir dessa época a legislação nacional reconhece que as creches e pré-escola de crianças de 0 à 6 anos de idade faz parte do sistema educacional, que é a primeira etapa da educação básica.

Ao longo do artigo foram explanados alguns pontos principais que relatam sobre a Educação Infantil e seus aspectos legais. O mesmo traz a concepção da evolução e o surgimento das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil. Dessa forma, como já foi explicitado durante esse período ocorrerão varias transformações, voltando o olhar para a educação infantil, dando embasamento legal a Constituição de 1988, haja vista que isso foi um marco importantíssimo na educação.

De acordo com Alves (2011) a Constituição Federal de 1988 foi uma grande aliada para a educação infantil abrindo assim as políticas educacionais no Brasil. Vale ressaltar que a mesma considera que o direito da criança e da família é dever do Estado. A educação infantil, antes era chamada de assistencialista, no segmento creche passou a ser um direito da criança. Essa conquista foi ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, de 1990, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

Diante dos fatos mencionados por Alves (2011) percebemos a grande relevância dos marcos na história da educação foram as políticas públicas no Brasil, vale ressaltar que esses três documentos a constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 embasam a educação infantil, dando um norteamento para esta etapa da educação básica.

Vale ressaltar ainda que para elaborar a BNCC (2017) não foi diferente houve uma linha histórica a ser seguido e essas leis se entrelaçam com a BNCC, ou seja, elas se interligam uma com a outra, sendo assim a BNCC destaca direitos de aprendizagem, campos de experiências e as faixas etárias envolvidas.

Por tudo isso é possível verificar que o avanço relacionado aos aspectos legais contribuíram para que a educação infantil integrasse a educação básica, como primeira etapa,

o que contribuiu para que essa etapa deixasse de ser vista como assistencialista e passasse a ser entendida como um lugar destinado a educação escolar.

Desse modo, esses aspectos legais contribuíram ainda para que o processo educativo das crianças fosse analisado, refletido. Nesse sentido, a ludicidade teve e ainda tem um papel importante, pois agora a criança não é vista mais como um adulto em miniatura, mas como alguém que participa do processo educativo e que precisa ter atendimento integral.

Assim, os aspectos emocionais precisam também ser observados, bem como a socialização e a interação das crianças, o que pode ser estimulado por meio da ludicidade na escola.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desse trabalho foi o de compreender a importância do lúdico na pré-escola. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de cunho bibliográfico, desse modo, este trabalho buscou ainda identificar a importância dos jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem, verificar as contribuições do lúdico para a criança da pré-escola e discorrer acerca da BNCC e a educação infantil.

A pesquisa foi dividida em quatro partes reunidos de introdução, abordagem teórica, metodologia e considerações finais. Nesse sentido, foi apresentado os aspectos legais e históricos da educação indantil e depois o lúdico na pré-escola foi destacado como uma possibilidade educativa, assim, esses temas destacados até aqui mostraram grandes transformações nos pequenos e foram importantes para a compreensão da temática proposta. auxiliando os mesmo no processo ensino e aprendizagem.

Diante disso, a ludicidade, presente desde os primórdios da civilização, aparece presente no âmbito escolar, sendo importante para o desenvolvimento integral da criança, favorece uma aprendizagem significativa com crianças da pré-escola, pois permite que a criança aprenda por meio de brincadeiras e interações recreativas.

Nesse sentido, vale ressaltar que tais atividades lúdicas trazem grandes benefícios para os alunos, pois permitem o exercício da imaginação, coordenação motora e o desenvolvimento cognitivo. Os jogos também podem ajudar no desenvolvimento dos pequenos, pois de forma lúdica e usado no ambiente escolar auxiliar no desenvolvimento dos pequenos, trabalhando os aspectos sensórial e motores.

Vale salientar que essa pesquisa foi de grande importância, pois evidenciou o quanto o lúdico é primordial para as crianças, além disso muitos estão inseridos nesse processo e todos saem ganhando. Enquanto os alunos aprendem brincando os professores e pais vão vivenciando e aprendendo com eles, a sociedade também ganha pois vão se tornar futuros cidadãos assíduos.

Por tudo isso, embora esse tema seja muito pesquisado, outras pesquisas ainda são necessárias, principalmente aquelas que se relacionam com a ludicidade voltada para o ensino de matemática e ciências, pois ampliaria na criança dos primeiros anos escolares do ensino fundamental o incentivo às aprendizagens. Dessa forma, o assunto não se esgota com a conclusão desse trabalho, mas aparece como um tema ainda atual e relevante e que merece ser pesquisado, por isso deve ser considerado por futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. **Infâncias e educação infantil**: aspectos históricos, legais e pedagógicos. Revista Aleph infâncias, 2011, PPGE/UFRJ e LEDUC/UFRJ. Disponível em: <<https://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsMateriais/05042018142839aspectos%20legais%20da%20edu%20infantil.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2020

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil** Salvador: Edufba, 2009.

BRASIL. [constituição(1988)] **Constituição da república Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/94,- Brasília: Senado Federal, subsecretária de Edições Técnicas, 2011.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: MEC/SEB, 2017.

CAMARGO Patricia, site: Tempojunto. Disponível em: <https://www.tempojunto.com/2015/10/31/bia-bedran-fala-sobre-brincadeira-musica-e-educacao/>. Acesso em: 30 mar. 2021

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. Da Silva. **Educação Infantil**: para que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DRUMMOND Carlos, site: **Associação Brasileira de Brinquedos (ABBri)**. Disponível em: <http://www.brinquedoteca.org.br/frases-e-pensamentos/>. Acesso em: 19 mar. 2020

DIDONET Vital / **Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais**. v.1, n.1 (nov. 1981).- Brasília. O Instituto. 1981-.

ECA: **Estatuto da criança e do adolescente**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p. Conteúdo: Lei no 8.069/1990

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989 **Mino Aurélio século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa** 4° ed. rev. ampliada Rio de Janeiro: nova fronteira, 2000

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antonio Carlos Gil. – [2. Reimpr.]. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

JESUS, Michele Maria de. **O lúdico no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil**. 2011. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – 34 Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2011.

KUHLMANN JR., Moysés **Histórias da educação infantil brasileira** Revista Brasileira de Educação, núm. 14, mai-ago, 2000, pp. 5-18 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em: 22 mar. 2020

LÜDKE, Menga ;**Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas/ MengaLüdke, Marli E.D.A.**-[2.ed]. [Reimpr]- Rio de Janeiro: E.P.U., 2012.

LOPES, Maria da Gloria **Jogos na educação: criar, fazer, jogar/** Maria da Gloria Lopes, 4. Ed. Ver.- São Paulo, Cortez, 2001

LDB :**Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. -2.ed -Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p.

MALUF Angela Cristina Munhoz . **Brincar: prazer e aprendizado** 6 ed. Editora vozes Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009

RIZZI, Leonor; HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. 7ed. São Paulo – SP: Ática, 1998.